



PARTIDO DOS TRABALHADORES: DA UTOPIA À ATROFIA: SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

Francisco David Rodrigues¹

Manuela de Jesus Santos²

RESUMO

As histórias oficiais política e econômica brasileira nem sempre reconhecem o empenho deliberado de proteger privilégio e poder do patriciado brasileiro, preferindo atribuir nossa tragédia social a alguma espécie de danação, culpa do nosso caráter, ou mesmo do legado daqueles nossos “descobridores” portugueses, quando não ao tamanho de nosso território ou ao nosso clima. Ao final da década de 70, no processo de redemocratização do Brasil, com a lei da Anistia e a possibilidade de se formarem novos partidos políticos, com a efervescência de movimentos sociais de base popular e sob forte transformação conjuntural do sindicalismo no mundo todo surge o Partido dos Trabalhadores do Brasil que se mostrou, em suas origens, uma voz ativa e estratégica no contexto da luta de classes do país, mas que após algum tempo se entregou à realidade espúria do jogo político brasileiro. Essa é uma análise histórico-bibliográfica do PT; uma síntese de sua história, dos seus governos e como defendemos: de sua atrofia ou degeneração. Não temos por objetivo colocar na conta do PT todos os problemas do Brasil, porém podemos, no contexto da luta de classes, cobrar por uma atuação mais coerente com o programa original e de certos discursos proferidos ao longo de sua história.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores. Utopia. Imperialismo. Brasil

¹ Graduando em Geografia pelo Instituto Federal de Ciências, Tecnologias e Educação (IFBA-SSA). davidrodrigues.filosofia@gmail.com

² Graduanda em Geografia pelo Instituto Federal de Ciências, Tecnologias e Educação (IFBA-SSA). Manuelajsantos16@gmail.com

Introdução

A década neoliberal que vai do final dos anos 80 e final dos anos 90 produziu um retrocesso brutal do nível de vida e das conquistas da classe trabalhadora e uma ofensiva sobre a soberania dos países. O neoliberalismo, que tem origem no pensamento do economista austríaco Friederich Hayek, com forte influencia na década de 40 e que fora mais tarde aperfeiçoado pelo acadêmico norte americano Milton Friedman trás em suas premissas básicas a despolitização da economia, a automatização dos mercados e a retração do Estado. As teorias de intervenção do Estado começaram a dar sinais de desgaste em função da crescente dificuldade dos países honrarem algumas responsabilidades sociais assumidas. Isso levou á ascensão da ideologia do Estado mínimo cuja ação deveria restringir-se a policiamento, justiça e defesa nacional; na prática, elementos puramente repressores. Uma nova onda neoliberal ficou marcada pela atuação dos presidentes Ronald Reagan nos EUA e pela primeira ministra inglesa Margaret Thatcher na década de 1980. No Brasil, essa tendência foi caracterizada pela política de privatização de grandes estatais e a abolição de reserva de mercado nos governos Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Em contrapartida nas décadas de 1970 e 1980 consolidam-se os movimentos sociais que lutavam pela universalização dos direitos individuais ocasionando o fortalecimento político de grupos historicamente segregados.

Em 1989 uma reunião convocada pelo Instituto Internacional de Economia, conhecida como Consenso de Washington, nos EUA respondeu a crise econômica do sistema capitalista com uma “bula” vertical e uma ferocidade pouco vista na história. As privatizações, o engodo da dívida pública, a desindustrialização das economias, o predomínio crescente das empresas multinacionais e a intensificação da pilhagem de todos os recursos naturais se combinaram com a superexploração da classe trabalhadora. O objetivo dessa reunião, era propor reformas para que os países da América Latina retomassem o crescimento porém, as consequências para quem seguiu essa receita maldita foram trágicas. Com o fim da década de 1990, um processo de lutas e explosões sociais desestabilizaram os regimes políticos conservadores e deram início em vários países da América Latina como: Equador (2000), Argentina (2001), e Bolívia (2003 e 2005) a um ascenso populista e progressivo que mudou a configuração geopolítica da região. Na Venezuela, em 2002, uma insurreição enfrentou o golpe que havia derrubado Chávez e restabeleceu-o ao poder. Foram processos independentes, com características próprias de cada país mas que colocaram as massas na ofensiva em todo o continente.

O continente foi contaminado por bandeiras anti-imperialistas, democráticas, operárias e populares: contra o pagamento da dívida, punição aos genocídios das ditaduras, melhores condições de trabalho, contra a pilhagem dos bancos e das empresas multinacionais e contra as oligarquias latifundiárias. O Brasil, no entanto ficou fora desse ascenso mas, também, expressou esse processo: Lula foi eleito de modo preventivo para manter o país isolado da torrente revolucionária. O Partido dos Trabalhadores do Brasil tem origem no processo de redemocratização envolvendo setores progressistas, comunistas, trotskistas e anti-imperialistas, além de setores progressistas da Igreja Católica, mas que veio a atrofiar na sua trajetória sofrendo uma degeneração política pela opção por realizar uma política de aliança “estratégica” com o que eles chamavam de setor burguês progressista justificando-se em função da chamada *governabilidade*. Essa política de aliança foi sendo delineada pela corrente majoritária, conhecida como *Articulação*, durante os debates realizados no interior do partido ainda nas décadas de 80 e 90. O nosso objetivo aqui é mostrar o avanço dessa política e as consequências traumáticas para a classe trabalhadora e demais setores populares no contexto da luta de classes no Brasil. A metodologia utilizada ficará a cargo de pesquisa bibliográfica especializada e de documentos que orientavam a política do partido. O referencial teórico seguirá o método crítico de interpretação dos fatos histórico-geográficos.

Uma análise de *Classe Social* no Brasil

Não se constrói o país mais desigual do mundo em pouco tempo. Foi um longo processo, que começou com o primeiro nativo sendo espoliado pelo primeiro português; na nossa cena inaugural, e continua até hoje. Nas origens do processo político do Brasil, não há unicidade governamental e sim, pequenas ilhas de poder. Segundo PRADO JUNIOR. (1993, p. 44) “A nossa evolução política segue portanto passo a passo a transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVII”. Essa transformação que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual da nossa autonomia local do primeiro século e meio da colonização”. Esse dado é extremamente importante para fazermos uma genealogia do poder no país, que por origem, cedeu sua autonomia por interesses secundários.

No Brasil, a estrutura social estabelecida pelo colonialismo que institucionalizou o modelo escravagista posterior, ainda não fora superada completamente. Esse modelo colonial segregador da sociedade deu-se de três formas básicas: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Essas são as marcas características de uma das sociedades mais injustas do mundo. Desde o crescente declínio do período colonial, as classes constitutivas desta sociedade estiveram embaralhadas num jogo confuso, os negros escravizados porém, tiveram suas vidas marcadas por maior opressão; segundo PRADO JUNIOR. (2008, p.142):

O processo difícil e complicado da emancipação política do Brasil, pondo em evidência todas as contradições do regime anterior, vai polarizar as forças políticas e sociais em gestação e desencadeia o embate, não raro de grande violência, entre os diferentes grupos e classes em que se divide a sociedade colonial. Os escravos, apesar de sua massa que representa cerca de um terço da população total, não terão nesse processo, ao contrário do ocorrido em situações semelhantes noutras colônias americanas, como por exemplo, São Domingos (Haiti), um papel ativo e de vanguarda.

Ainda segundo Prado Junior, isso se deu em função da grande circulação de negros escravizados trazidos pelo tráfico, de etnias diferentes e de baixa instrução intelectual impossibilitando uma maior articulação política. Na Bahia, por exemplo, onde chegou a haver na massa escrava certa unidade nacional (aliás de nações sudanesas de nível cultural mais elevado), é que vamos encontrar o maior número de agitações e revoltas servis (PRADO JUNIOR, 2008, p. 142). O fim do tráfico de escravos, decretado em 1850, coincidiu com a expansão dos cafezais pelo Vale do Paraíba (LUCA, 2001, p. 16). Com a escassez de escravos e o crescente aumento da mecanização da produção, buscando o lucro maior a elite do Oeste Paulista, que representa a classe dominante como um todo, hostil e ignorante; tem uma iniciativa que revela a crueldade dessa classe desde sempre no Brasil.

Em 1886, ricos cafeicultores paulistas fundaram a Sociedade Promotora da Imigração, que recebeu do governo provincial a incumbência de organizar a introdução de imigrantes. O sistema arquitetado, bastante conveniente para os agricultores, era o seguinte: os imigrantes deveriam ser arregimentados na Europa, sobretudo Itália, Portugal e Espanha, países cujas transformações no campo haviam dado origem a um contingente de trabalhadores sem terra e submetidos à mais absoluta miséria (LUCA, 2001, p. 16).

Nessa perspectiva, com um histórico de opressão e mal caratismo de uma classe dominante desta natureza uma pequena síntese geral como Carter, nos informa de que:

A acentuada disparidade social no Brasil perpassa a sua dimensão continental: o quinto maior país do mundo, tanto em território quanto em população, a nona maior economia e uma das sociedades mais desiguais do planeta. De acordo com um relatório do IPEA publicado em 2005, somente Serra Leoa, assolada pelas guerras, apresentava uma disparidade de renda maior que a do Brasil. Segundo esse órgão governamental de pesquisa, no Brasil os 10% mais ricos da população detêm 46% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres possuem apenas 13%. Os recursos combinados das 5000 famílias mais ricas do país – isto é, 0,001% da população constituem 40% do produto interno bruto (PIB) da nação (CARTER, 2010, p. 36).

Sobretudo nesse contexto de um país cujos efeitos desta divisão da sociedade em classes: “*Homem livre e escravo (...) opressor e oprimido*” (MARX, 2017, p.14) ainda reflete sua origem, o nosso ponto de partida para debater desigualdade, classe social e prejuízo de classe em função da degeneração de um partido político são as relações de produção. No Brasil essas relações são caracterizadas pela opressão, dominação e exploração. Cada passo no desenvolvimento da burguesia foi acompanhado por um avanço político correspondente (MARX, 2017, p. 17) E não somente político, mas cultural. A atividade fundamental do trabalhador é obviamente o seu trabalho; esse configura-se na manifestação da sua própria vida e através desta atividade ele se humaniza. Nesse processo de produção do trabalho humano, estabelecemos determinadas relações sociais nas quais extraímos o que necessitamos da natureza (QUINTANEIRO, 2002, p. 40). É justamente neste ponto, que conhecemos como *alienação do trabalho* que Marx analisa o significado, tanto para os indivíduos em si quanto para as sociedades, da apropriação por parte daqueles que não produzem de uma parcela significativa do que socialmente é produzido. A partir da análise desses elementos ele desenvolve sua concepção de *classe*.

Para GUARESCHI (1997, p. 109) “(...) a teoria marxista define classes em termos de interesses materiais antagônicos de atores, interesses esses gerados pelas relações sociais de produção”. Essa estrutura dentro do capitalismo se dá em função, segundo o marxismo, da propriedade privada dos meios de produção. O que acontece como dito anteriormente é a exploração dos produtores não possuidores por uma grande minoria de proprietários. Essa hegemonia não se restringe à produção, pois a classe que detém o poder material em nossa sociedade é, por outro lado também a potência política, espiritual e midiática dominante. Dessa forma, sob o jugo da opressão, a relação entre as classes sociais fruto dessa dinâmica deve ser (e sempre é) conflitiva. Esse papel, de condução popular de uma massa oprimida, em todos os setores da classe trabalhadora e dos movimentos sociais no Brasil fora reivindicado pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil em suas várias frações organizativas e inseridas nos movimentos populares que se organizam como partido a partir da década de 80.

Com o objetivo de cooptar as massas e ganhar a confiança de uma militância crítica, o PT usou o argumento falso de que existe no Brasil uma polarização entre uma oposição de direita e um governo de esquerda ou progressista e que uma mudança estratégica justificaria uma mudança política, movimento típico que tem explicação na teoria dos campos progressistas que explica a conjuntura não a partir da luta de classes, mas a partir de supostos enfrentamentos entre campos reacionários e campos progressistas que tem origem segundo MORENO (2003. p. 73) quando:

Em 1881, a organização proletária francesa, chamada Federação dos Trabalhadores Socialistas, sofre um forte revés eleitoral. Como consequência, produz-se uma forte discussão interna que dá lugar à formação de duas correntes, que se enfrentam no congresso de Saint Etienne. A minoritária, dirigida por Jules Guesde, reivindicava-se marxista. A majoritária passou para a história com o nome de “possibilistas” (...) Esta, que se proclamava inimiga do marxismo, tinha todas as concepções que caracterizaram posteriormente o bernsteinianismo, a primeira corrente revisionista dentro do marxismo.

O revisionismo programático de Eduard Bernstein (1850-1932) teórico político alemão, primeiro grande revisionista da teoria marxista e um dos principais teóricos da socialdemocracia, corresponde à época do capitalismo em ascenso e o começo do imperialismo, quando as lutas do movimento operário conquistavam reformas que não questionavam a propriedade privada capitalista e nem o Estado burguês.

Conferindo estabilidade, quando não imobilidade, à formação social brasileira nos últimos duzentos anos, a prática e o discurso conservador de conciliação de classes capacitou a classe dominante brasileira a possibilidade de lidar com os conflitos políticos por meio do esvaziamento do potencial de ruptura das crises, pela indução de soluções de compromisso, as vezes com caráter populista. Da Independência à Revolução de 1930, passando pela Abolição da Escravatura, todas as mudanças aconteceram pelo alto, num consenso de classe. Da mesma forma, os processos de industrialização e urbanização acelerada das últimas décadas do século XX tornaram-se realidade sem alterações dos perfis de distribuição de renda. Mesmo a eleição e manutenção no poder de governos por um partido que se reivindicou esquerda como o PT só foram possíveis por meio de concessões ajustadas na chamada Carta aos brasileiros na qual o então candidato á presidência, Lula, acalma o monstro do mercado e anuncia uma grande conciliação entre as classes.

O mundo globalizado e o Consenso de Washington

O imperialismo é a fase atual do capitalismo, o período superior que se apresenta com o nome de “globalização” ou nas palavras de Milton Santos: globalitarismo. Nesse período predomina o domínio do capital financeiro a partir da fusão do capital bancário com o industrial. No capitalismo do tipo “globaritário”, globalizado, a produção é tão grande que a livre concorrência deu lugar ao monopólio. A consequência disso é o desaparecimento das pequenas empresas que cada vez mais dão lugar as grandes firmas multinacionais. Quando essa busca feroz pelo lucro aumenta os monopólios buscam a única solução viável dentro do capitalismo: a conquista do mercado mundial. È a partir daí que as grandes potências: EUA, Alemanha, França, Japão, dividem entre si o mundo controlando um determinado mercado nacional de um e em alguns casos, de vários países. Temos

nesse cenário um território nacional da economia internacional; o território continua existindo, as normas públicas que o regem são da alçada nacional, ainda que as forças mais ativas do seu dinamismo atual tenham origem externas. A globalização é festejada por uns e odiada por outros, ela caracteriza de forma clara o papel internacionalizante do capital. Como tudo nesse sistema, alguns fenômenos podem ser camuflados e outros estimulados; dessa forma podemos ver com SANTOS (2008, p. 18),

(...) se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

É nesse quadro geral que aparece o Consenso de Washington; um verdadeiro “fruto envenenado” oferecido pelos EUA através do Instituto Internacional de Economia que, em 1989 oferecia saídas de desenvolvimento aos países da América Latina. A receita era a clássica: aumento dos impostos, ajustes fiscais, privatizações e congelamento de investimentos sociais; mas isso tudo, em função de um pacto das lideranças, da velha “elite” ou dos movimentos mais novos com cara de progressistas mas que na prática, são agentes disfarçados do imperialismo: esse papel aqui coube ao PT.

A origem de um projeto de poder

O Brasil, esse ornitorrinco terrível, segue não sendo um país para amadores. As histórias oficiais política e econômica brasileira nem sempre reconhecem esse empenho deliberado de proteger privilégio e poder do patriciado brasileiro, preferindo atribuir nossa tragédia social a alguma espécie de danação, culpa do nosso caráter, ou mesmo do legado daqueles nossos “descobridores” portugueses, quando não ao tamanho de nosso território ou ao nosso clima. Mas a desigualdade brasileira não é uma fatalidade, tem autores identificáveis, pais conhecidos. Através da história, ela vem sendo mantida, principalmente, pelo que pode ser chamado de controle de natalidade de qualquer opção de esquerda, proibida de nascer ou se criar. O Partido dos Trabalhadores do Brasil surge no ano de 1980, num contexto importante da chamada “redemocratização” do Brasil, com a anistia e a volta do direito de se formarem partidos políticos. Surge no horizonte do chamado “novo sindicalismo”. Mais do que representar uma etapa no processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso país, este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, tomado como um todo, mas principalmente aquele demarcado pelo período

compreendido entre 1945/1964. As práticas propostas pelo “Novo Sindicalismo” deveriam ser entendidas como uma negação do que se havia feito no período anterior ao golpe militar de 1964. Um grande avanço fora observado porém, na constituição dos partidos de origem operária seus programas sofreram imensas deformações e estes passaram á defesa de pequenas reformas dentro do sistema capitalista. A consciência de uma tarefa importante no contexto da luta de classes no Brasil por parte do PT é lida em seu manifesto de fundação:

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. (...) Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador. Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980, p. 42).

De acordo com GARCIA (2000, p. 78), durante os anos oitenta, o partido apresentava um caráter altamente classista e vislumbrava a superação do capitalismo, reivindicando a construção do socialismo, ainda que sem se preocupar em dar muitas definições de como seria esse “socialismo”. Por outro lado, a direção do partido, a sua liderança principal: Lula, um dos principais líderes sindicais da região do ABC paulista, vindo do nordeste, de Pernambuco fugindo da seca e da fome; desde o início procurava impor aos demais companheiros, um projeto oportunista de aliança com os tradicionais partidos burgueses em busca da chamada governabilidade. Com sua derrota, a partir de 1989 contra Fernando Collor e a crescente integração do PT ao aparelho de Estado, elegendo representantes para a câmara dos deputados, prefeitos para pequenos municípios e vereadores, o partido passou a realinhar suas ações e abrandar seu discurso radical.

Na geopolítica internacional temos o período final da *guerra fria* que mantinha o mundo polarizado entre Estados Unidos e a União Soviética; a queda do muro em Berlim, o colapso dos regimes stalinistas no Leste Europeu e o conseqüente avanço do capitalismo globalizado. Tudo isso leva a direção do partido a caracterizar uma política que acompanhasse a conjuntura internacional. Dessa forma a caracterização encontrada na conjuntura era que o socialismo havia fracassado e portanto o capitalismo teria demonstrado ser um regime de fato, muito poderoso. A antiga concepção socialista passou a ser uma mera utopia que não poderia se concretizar. De forma bem pragmática, a classe trabalhadora deveria abandonar seu objetivo de tomada do poder político-econômico e desistir de constituir seu próprio governo. O governo do *proletariado*. Paralelo a tudo isso está o avanço do neoliberalismo e das novas concepções de luta. O Brasil foi atingido por esse quadro a partir de 1990. Entretanto, aqui as conseqüências tiveram uma dimensão ainda maior, em virtude da condição

sócio-histórica do país. A CUT, Central ligada ao PT, também se alinhou ao que acontecia em outras regiões do mundo, adotando o “sindicalismo de resultado” em detrimento do “sindicalismo de confronto” (ALVES, 2000, p. 121). Na prática, isso foi demonstrado a partir da constante revisão do programa político (IASI, 2006, p.17) e do afastamento das lutas sociais que passam a fazer parte do mero discurso oportunista e eleitoreiro.

Descaracterização e retrocesso

A estratégia agora pensada pela direção do partido era conseguir governar por intermédio das eleições; para isso, eram imprescindíveis alianças com partidos burgueses, considerados “progressistas” e posteriormente, até mesmo com os partidos tradicionais da velha política brasileira. Como sustenta IASI (2006, p. 43), o projeto de superação do capitalismo deixou de figurar nas resoluções do partido, o que demonstra que na nova concepção dos dirigentes petistas, o capitalismo é insuperável. No lugar disso, ganhou espaço a crítica ao neoliberalismo. Conforme COELHO (2005, p. 72), o debate não era mais sobre o fim do capitalismo, mas sobre “qual” capitalismo. Essa estratégia, porém não era unânime, por isso, a partir da década de 1990, vários quadros importantes começam a deixar o partido insatisfeitos com a guinada inesperada. Nesse sentido, o partido foi atingido por uma espécie de dialética das conquistas parciais que, ao que parece, consiste em colocar a defesa do que já foi conquistado à frente das lutas por novas vitórias, perdendo, dessa forma, o horizonte de utopia. Com isso, o PT se afastou do cotidiano das lutas da classe trabalhadora. Os vínculos com os movimentos sociais mantiveram-se, todavia, tornaram-se cada vez mais restritos ao plano institucional e formal.

Em 2002 essa tática é colocada em prática e Lula convida o maior empresário têxtil do país para compor a chapa como vice-presidente: José Alencar, do Partido Liberal (PL). Essa aliança não se deu apenas na chapa majoritária, mas, também em todas as eleições. O PT fez aliança com o PMDB (atual MDB) partido de Michel Temer que chegaria a presidência por intermédio do golpe mas também por uma manobra do PT que resgataria esse combalido partido dando-lhe fôlego novamente junto com o PTB e mesmo com o PP. Essa estratégia exigia consequentemente a defesa das estruturas básicas do capitalismo.

Com a chamada “governabilidade” que passou a ser uma palavra-chave para o PT, a justificativa era que só a partir dessa mudança estratégica as políticas públicas de melhoria da classe trabalhadora seriam possíveis. A partir daí o PT não viu mais limites em seu projeto de poder e passou a estimular nos trabalhadores a ideia de que poderiam ascender socialmente por meio de políticas compensatórias que chamavam de distribuição de renda. Assim surgiram programas sociais

como o Bolsa Família, o acesso ao crédito para o consumo, lançando a classe trabalhadora de cabeça no mercado criando um exército de endividados, inclusive na educação com o Fies e o ProUni. Ao mesmo tempo foi estimulado o crescimento de pequenos negócios criando desta forma o mito de uma nova classe média que nada mais eram do que o lastro de sustentação da velha “elite”.

O discurso nacional-populista de Lula nos organismos burgueses de poder internacional fizeram parecer que o Brasil poderia se transformar numa grande potência mundial, soberano e independente, mas sem romper com o imperialismo norte americano e europeu respeitando inclusive, seus tratados que drenavam as nossas riquezas sob a gerência do seu homem de confiança que, antes das eleições de 2002 publica, como nos referimos anteriormente, a chamada Carta aos Brasileiros comprometendo-se a respeitar os acordos firmados pelo Brasil o que significava novamente: pagar a dívida externa e interna aos banqueiros nacionais e internacionais que nunca antes na história desse país ganharam tanto dinheiro como nos governos do PT. Ao final da era Lula o que se tem é um recorde na área financeira. O lucro líquido de uma amostra de nove bancos (entre eles, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco) somou R\$ 174,075 bilhões entre 2003 e 2010, em valores nominais.

Corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, 2010), essa cifra pula para R\$ 199,455 bilhões, batendo de longe os resultados registrados durante a gestão do tucano Fernando Henrique Cardoso. As mesmas nove instituições, entre 1995 e 2002, acumularam um ganho nominal de R\$ 19,113 bilhões e R\$ 30,798 bilhões a valores atuais. A diferença entre os lucros corrigidos pela inflação nos dois períodos é de 550%. (O Globo. 25/02/2011/ atualizado 04/11/2011 4:13). Nos três anos completos do governo Dilma Rousseff, por exemplo, o sistema financeiro nacional lucrou R\$ 115,75 bilhões. É quase o dobro dos R\$ 63,63 bilhões somados em oito anos do governo Fernando Henrique, em valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até dezembro de 2013. Sob Lula, a lucratividade total atingiu R\$ 254,76 bilhões.

Governo	Total acumulado	Média anual
Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002)	R\$ 63,63 bilhões	R\$ 7,95 bilhões
Luis Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)	R\$ 254,76 bilhões	R\$ 31,84 bilhões
Dilma Rousseff (2011 – 2013)	R\$ 115,75 bilhões	R\$ 38,58 bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil

Outro compromisso importante foi o de respeitar a propriedade capitalista barrando ou sem nem sequer falando de Reforma Agrária. Essa foi a Carta aos Brasileiros e o recado claro e seguro do compromisso do PT com o capital financeiro nacional e internacional.

O Partido dos Trabalhadores e sua política de cooptação dos movimentos sociais

A despeito de ser um dos países mais desiguais do mundo, o Brasil sempre concebeu movimentos sociais, tanto nas cidades como no campo, a solidariedade é uma característica inequívoca do povo pobre, da classe trabalhadora no Brasil. Movimentos libertários e de rebelião social sempre estiveram presentes desde a colônia e sempre foram duramente reprimidos, pelo Estado, com seu aparato repressor: as Forças Armadas, as Polícias, e pela burguesia, latifundiários, etc. com suas Milícias em defesa da “sua” propriedade na direção do que Milton Santos chamou de *perversidade sistêmica*, e para quem o abandono da ideia de solidariedade está por trás desse entendimento da economia e conduz ao desamparo em que vivemos hoje (SANTOS, 2011, p. 52). Esse sistema de perversidade inclui a morte da Política, já que a condução do processo político passa a ser atributo das grandes empresas. Junte-se a isso o processo de conformação da opinião pelas mídias, um dado importante no movimento de alienação trazido com a substituição do debate civilizatório pelo discurso único do mercado.

No final dos anos 1970, no Brasil, quando se falava em novos movimentos sociais, em encontros, tinha-se bem claro de que fenômeno se estava tratando. Era sobre os movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da igreja Católica, na ala articulada com a Teologia da Libertação (GOHN, 1997). Para colocar sua tática de cooptação em prática, foi essencial para o PT não apenas contar com o apoio dos sindicatos e dos movimentos sociais, mas também, uma conivência na sua atuação para impedir possíveis mobilizações. O partido utilizou várias medidas que desestimulavam as lutas como: convencer os militantes para a importância de priorizar as eleições, objetivando a eleição de parlamentares, colocar seus sindicalistas em cargos de confiança e em postos chave do governo; entregar aos sindicatos o controle de fundos de pensão; além de destinar parte do imposto sindical às Centrais Sindicais o que levou a transformar grandes centrais, com histórico de lutas e dos movimentos sociais a parecerem meros instrumentos de desmobilização da classe trabalhadora na defesa do projeto de poder do governo. A relação entre o alto nível de desigualdade e o enfraquecimento da democracia política é real; como observa CARTER (2010, p. 115): “O acesso desigual aos meios de produção pode levar a conflitos de distribuição e promover a instabilidade”. Nessa espécie de imposição de uma qualidade

de vida bastante inferior ao povo, fruto de privilégios usufruído de outros, o problema de legitimidade é generalizado.

Um levantamento feito em 2002 revelou que 86% dos brasileiros consideravam sua sociedade injusta. (...) Entre 1996 e 2006, apenas 41% dos brasileiros declararam apoiar a democracia e apenas 24% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos com a democracia vigente. Em resumo, as democracias em sociedades altamente desiguais tendem a ser de qualidade muito baixa. Essas comunidades políticas são, no geral, percebidas como corruptas vistas com grande desconfiança pelo povo e consideradas de caráter potencialmente instável (CARTER, 2010, p. 73).

Gestor do capitalismo

“O PT não nasceu para ser um partido revolucionário, nasceu para ser um partido democrático e levar a democracia até as últimas consequências”. Afirmção de confiança na luta republicana contra a ditadura e nas promessas da Constituinte e da Constituição, essa frase de Lula resume toda a força social de sua representação política. A direção do PT sempre mostrou em seu discurso parecer haver um hibridismo entre o reformismo (a concepção de que é possível fazer reformas dentro do capitalismo) com o discurso nacional-desenvolvimentista que a burguesia em momentos de bonança sempre usou. Esse discurso porém, não convence mais a classe trabalhadora, porque será? A realidade é clara e fala por si, a prática do PT no poder sempre fora oposta ao seu discurso. O PT no poder sempre serviu como o agente mais capaz do imperialismo e da burguesia nacional; aplicando ajustes econômicos duros, obrigando a classe trabalhadora a ser fiadora da crise.

Foi no governo Dilma que os ataques foram mais duros. Ataques ao seguro desemprego, o aumento da tarifa de luz, dos combustíveis, etc. Para uma melhor eficácia, convidou para ministro da Fazenda o banqueiro Joaquim Levy, para negociar a PL das terceirizações no Congresso corrupto. Corrupção aliás que é estrutural ao capitalismo. O envolvimento do PT nos maiores esquemas de corrupção com formação de cartéis de grandes obras e serviços, o envolvimento de seus dirigentes e as mesmas práticas antigas de cooptação, obedecem à lógica corrupta do capitalismo. A corrupção é um instrumento a serviço da acumulação capitalista que tem origem na pilhagem do Estado. Vide o caso do Estado do Rio de Janeiro governado pelo então PMDB hoje MDB com apoio explícito do PT. Ao se colocar à frente do Estado burguês capitalista, a direção do PT passou a reproduzir os métodos burgueses de gestão pública servido de macroatores dentro do esquema vertical de

acumulação capitalista. Essa caracterização acaba derrubando inclusive o mito do nacional-desenvolvimentismo do PT pois tal dinâmica de integração vertical da economia é dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes. O que não nos deixa dúvidas: o PT sempre foi um agente compromissado do imperialismo.

Considerações finais

Numa reunião pública sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2018, o jurista José Carlos Dias, ex-advogado de presos políticos durante a ditadura e ex-ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, declarou: “Não podemos crer no Executivo, não podemos crer no Legislativo e descremos do Judiciário”. Embora sua fala não aludisse à situação de Lula, não me parece exagerado considerar que parte das descrenças apontadas tem origem nas circunstâncias políticas e judiciárias que envolveram o impeachment de Dilma Rousseff e a condenação de Lula. Circunstâncias que, em 2016, afrontaram o voto majoritário expresso em 2014 pelo eleitorado e impediram, em 2018, a expressão em favor do principal candidato à Presidência. Essa manobra institucional levou á presidência uma personalidade completamente sem expressão mas que está levando a cabo um projeto entreguista e submisso aos interesses imperialistas norte-americano. Na verdade, existe a tarefa de um grande enfrentamento na realidade política brasileira atual. A urgência de uma grande luta dos trabalhadores e do povo organizados para resistir aos ataques de toda a burguesia unificada pela política do ajuste fiscal.

Nessa frente burguesa que ataca os direitos e estabelece mais claro do que nunca uma política austera, estão o governo atual, os governos estaduais, o Congresso Nacional e os empresários. Essa é a principal forma em que se expressa a luta de classe no país. O governo Lula primeiro, e depois Dilma foram, nesse sentido, fundamentais para a manutenção da hegemonia burguesa pois foram capazes não só de frear as lutas sociais, como também de conquistar a confiança de amplos setores desorganizados e mesmo os organizados da classe trabalhadora. A capacidade de conciliar interesses inconciliáveis rendeu a esses governos, inclusive, destaque no cenário político internacional. Cabe a nós estudantes de Geografia, renunciar ao caráter oficial e institucional dessa ciência que sempre esteve a serviço dos aparatos de poder da burguesia, enriquecer de forma crítica, encarnada na realidade concreta do nosso povo, da nossa gente trabalhadora, buscarmos uma mudança radical e sabemos que essa mudança, só se dará de forma estrutural através de uma Revolução. A Revolução Brasileira. A despeito da atual conjuntura que não vê limites no desmonte de um país inteiro e da corrupção estrutural das instituições e do governo; deixamos claro que essa crítica é feita á esquerda

do processo e da disputa política. Sem sombra de dúvidas que o Brasil mantinha nos governos do PT um protagonismo importante na geopolítica mundial e que um ainda maior ascenso era inevitável porém, na luta de classes, em que ou a classe trabalhadora vence ou as classes em disputa se destroem, nenhum tipo de concessão á classe dominante deve ser vista com bom olhos. Torcemos para que o Partido dos Trabalhadores do Brasil tenha aprendido essa lição básica.

Referências

ALVES, G. **Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998)**. Revista de Sociologia Política, nº 15. Curitiba, 2000. Disponível em www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf

CARTER, Miguel (ORG). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GARCIA, C. **Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas Clássicos e contemporâneos. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LUCA, Tania Regina de. **Indústria e trabalho na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3 ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

MARX. Karl. **Crítica à economia política**. São Paulo: Boitempo: 2017.

MORENO, Nahuel. **A traição da OCI(u)**. In: *Os governos de frente popular na História*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores*. 1980. Disponível em www.pt.org.br acesso em 17/7/2019.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2008.